

SUJEITO E SENTIDO: EFEITOS DE LINGUAGEM

Bethania S. C. Mariani
Universidade Federal Fluminense

Resumo

O objetivo deste texto é investigar os processos de interpelação-identificação que, na ótica da Análise do Discurso (AD), constituem sujeito e sentido. Para tanto, a partir das afirmações de Gadet e Pêcheux (1981) e de Pêcheux (1988), desenvolve-se uma linha de reflexão que visa à articulação das seguintes noções: significante, simbólico, ordem e organização da língua e real da língua, dentre outras.

0.

Convém destacar que o objetivo desta reflexão, que se situa no âmbito da Escola Francesa de Análise do Discurso (AD)¹, é buscar o aprofundamento de certas conexões teóricas indicadas por Pêcheux (1988) a respeito de uma de suas teses centrais: a questão da constituição do sujeito encontra-se ligada à da constituição do sentido e ambas precisam ser pensadas / articuladas à questão dos processos de interpelação-identificação que atravessam o sujeito.

Para abordar esta proposta, pretendo discutir alguns aspectos que o tema *efeitos de linguagem* suscita, trazendo para o campo de reflexão três problemáticas: 1. a natureza da relação entre o processo do significante, o simbólico e o imaginário; 2. a questão da produção de sentidos, considerando-se as noções de língua e de real da língua; e 3. o papel do equívoco na relação com o ideológico e o inconsciente.

1. Simbólico e Imaginário

O discurso, tal como foi postulado por Pêcheux (1984 e 1988) e vem sendo incessantemente retrabalhado e discutido por Orlandi (1992 e 1996), é concebido como efeito de sentido entre locutores, o que remete para uma compreensão de linguagem como prática simbólica, uma prática que se constitui pela via do significante² e que se encontra na gênese do processo de constituição do sujeito. Não é, portanto, nem de um indivíduo nem de uma realidade empiricamente localizáveis que se trata quando se discute sujeito, sentido e discurso.

¹ Conforme Pêcheux e Fuchs (1990:163), o quadro epistemológico do campo da Análise do Discurso abrange a articulação entre três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso, enquanto teoria explicativa do modo como se dá a historicidade dos processos semânticos. Ainda de acordo com o autor, “estas três regiões são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.”

² A noção de significante com a qual M. Pêcheux trabalha em *Semântica e discurso* (1988) é bastante próxima da que J. Lacan, lendo Saussure, postula. Em ambos os autores, uma teoria do sujeito é inseparável da noção de significante. Não podemos esquecer que, na base do quadro epistemológico fundador da Análise do Discurso, Pêcheux já previa uma teoria da subjetividade de base psicanalítica.

A Análise do Discurso, criticando as teorias idealistas — em que a linguagem, transparente e colada ao mundo, é utilizada por um sujeito concebido de modo indiviso e tomado como origem dos sentidos — entende que o sujeito se encontra irremediavelmente constituído e mediatizado pelo simbólico.

Rompendo com a oposição forma e substância, a noção de simbólico, conforme Henry (1992), “é aquilo que, na linguagem é constitutivo do sujeito como efeito.” Ou seja, enquanto estruturado por linguagem, o simbólico está relacionado ao processo do significante e do sócio-histórico na constituição do sujeito de tal forma que, posto em relação à experiência no mundo, possibilita que sentidos sejam sempre produzidos. Desta forma, mais especificamente, é com a noção de efeito-sujeito, enquanto efeito de linguagem, e não com a de ‘sujeito da linguagem’, que a AD opera.

Pêcheux discute a evidência do sujeito e do sentido pressuposta nas teorias idealistas apontando “o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: à pergunta ‘quem é’, dá-se a resposta, bizarra e óbvia, ‘sou eu’, resposta essa sustentada em um “teatro da consciência” — ‘eu falo’, ‘eu penso’, eu ouço’... — que apaga (ou melhor, coloca no esquecimento) o fato de que se fala *do* sujeito e *ao* sujeito muito antes que ele possa dizer ‘eu falo’, ‘sou eu’...” (Pêcheux, 1988, p. 155. A ilusão do reconhecimento do sujeito como unidade funda-se no desconhecimento/esquecimento das determinações discursivas que o constituem como tal. Deve-se observar, então, que o próprio idealismo já se encontra atravessado pelo modo de funcionamento dessa concepção de sujeito.

De acordo com a AD, a instauração dessa ‘evidência’ resulta da identificação do sujeito com as formações discursivas³ constitutivas, imaginariamente, de sua unidade como ‘ser-no-mundo’. Apaga-se para o sujeito o fato de ser resultado de um processo (de representação) resultante de sua entrada no simbólico. Ao mesmo tempo, o que se mostra como evidência para o sujeito, isto é, evidência de uma ‘identidade’, encobre sua interpelação-identificação pelos processos sócio-ideológicos. Como afirma Pêcheux, “sob a *evidência* de que ‘eu sou realmente eu’ (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas ‘idéias’, minhas intenções, meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: ‘aquele que...’, isto é, X, o quidam que *se achará aí*; e isso sob diversas formas, impostas pelas ‘relações sociais jurídico-ideológicas” (Pêcheux, 1988, p. 159). Mas nesse processo de interpelação-identificação, nunca completo ou total, espaços de resistência e falhas, afetados pelas redes significantes, deslocam o efeito das filiações nas formações discursivas.

Compreende-se, aqui, que está em jogo, conforme a Análise do Discurso, não um suposto e vago ‘poder da linguagem’, mas sim a existência de um processo de interpelação-identificação constituído pela ordem do significante enquanto fundamento do simbólico. O sujeito, como diz Pêcheux, é “ ‘preso’ na rede de significantes — nomes comuns, nomes próprios, efeitos de *shifting*, construções sintáticas *etc* (Pêcheux, 1988, p. 154-158)” Trata-se de um processo que funciona como ponto de ancoragem estável para o sujeito e, ao mesmo tempo, é passível de equivocação, podendo, portanto, falhar. O sujeito está, desde sempre, determinado na rede de significantes que o antecede, o que, na psicanálise

³ Conforme Pêcheux (1988, p. 160), chama-se de “formação discursiva aquilo que, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, (...) determina o que pode e deve ser dito...”.

lacaniana, significa estar assujeitado ao campo do Outro⁴. E é na relação com um outro imaginário, enquanto objeto da identificação, que pode se dar a falha. Dito de outro modo, se, como sugere a psicanálise, é possível haver acesso ao sujeito, isso, nas palavras de Auroux, só é possível através da análise da “ordem simbólica [que constitui o sujeito] sob a forma da linguagem e na qual a determinação do significante faz valer o sujeito como dividido por seu próprio discurso (Auroux, 1998, p. 53).”

Mas algo fala antes e de Outro lugar, esgarçando a linearidade do formulável instaurada no enunciado do ‘eu-aqui-agora’ do teatro da consciência. Trata-se de uma espécie de “pré-história” (Lacan, 1996:159) da inserção do sujeito em uma ordem significante que comparece como ‘resto’, deslocando aquilo que o sujeito historiciza ao falar. Diz Lacan: “A palavra que o sujeito emite vai, sem que ele o saiba, para além dos seus limites de sujeito discorrente — ficando, certo, ao mesmo tempo, no interior dos seus limites de sujeito que fala (Lacan, 1996, p. 303).”

A esse processo, Pêcheux, fazendo deslizar a psicanálise para o discursivo, chamará de efeito do pré-construído: uma discrepância, uma falha, “pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’ (Pêcheux, 1988, p. 156).” Assim, o sujeito identificável e responsabilizado pela ordem jurídico-ideológica com relação ao que diz e faz, encontra-se atingido pelo inesperado, uma ‘identidade oculta’, simultânea e paradoxalmente absurda e familiar.

Se, de um lado, no teatro da consciência se organiza sócio-ideologicamente a relação imaginária do sujeito com a transparência dos sentidos, ou seja, com ‘as evidências da realidade’ daquilo que lhe é dado falar, ver, ouvir, pensar, apagando o fato de que o sujeito resulta de um processo, por outro, instauram-se na ordem própria do significante as repetições (paráfrases, entendidas não como reprodução do idêntico) e deslocamentos (processos metafóricos) que tanto podem re-instaurar uma ilusão do ‘mesmo’ como, dando suporte ao imprevisível, abrir para a multiplicidade (polissemia), desarticulando, deste modo, na realidade imaginária, a identificação com o outro.

2. Língua e real da língua

É necessário, neste momento, desterritorializar o conceito de língua tal como vem sendo tratado no âmbito da lingüística em geral para repensá-lo discursivamente, isto é, enquanto base material significante, em que se inscrevem as repetições, as falhas, os deslocamentos. Neste ponto, é bastante produtiva a distinção que Orlandi (1996) faz entre ordem e organização da língua. A autora chama a atenção para o seguinte fato: se o sujeito está *na* língua é porque está sendo trabalhado *pela* língua. Se ele é “preso” nas redes significantes, estas tanto podem articular como desorganizar sua inserção no simbólico. Em outras palavras, ser trabalhado pela língua diz respeito à entrada do sujeito em um mundo já dotado de sentidos que o antecedem. Há, nesta entrada, uma memória discursiva⁵ já

⁴ Nas formulações psicanalíticas feitas por J. Lacan, diferencia-se o “outro imaginário” do Outro, também chamado de simbólico. Em Lacan, “tanto o imaginário quanto o real e o simbólico são dimensões inscritas no significante.” (cfm. Jurainville, 1995, p. 80).

⁵ Trata-se da memória discursiva, que faz com que o sujeito, na sua relação com o social e o histórico, se filie a determinadas redes de sentido. A memória discursiva não é apreensível ou ensinável (em termos escolares) nem totalmente fechada. Podendo sempre ser resignificada, pois é constituída na relação com o esquecimento, a memória discursiva produz efeitos no sujeito afetando, cada um, de modo individualizado.

organizando este mundo para o sujeito. O processo de identificação-interpelação, portanto, se realiza nas filiações constituídas pelas redes da memória, memória atravessada ao mesmo tempo pelas relações inconscientes e determinações históricas. Ou seja, o sujeito não escolhe um modo pelo qual será interpelado. Ele é interpelado porque é afetado pelas determinações históricas e inconscientes.

No âmbito da organização da língua, depreende-se a regra, o sistemático, ou ainda, por se encontrar a língua subordinada a uma rígida noção de estrutura⁶, fixa-se a idéia de ordenamentos e arranjos articulados sobre uma linearidade. No campo da ordem da língua, porém, há que se fazer a passagem para o funcionamento —sujeito à falha, à equivocação— da forma material (lingüístico-histórica) do significante. Assim sendo, junto com Orlandi entendemos que “ao contrário da completude do sistema (abstrato), a ordem significante é capaz de equívoco, de deslize, de falha, sem perder seu caráter de unidade, totalidade (Orlandi, *op. cit.*, p. 48).”

Ao invés de uma língua lógica ou sistêmica ou idealizada, a posição teórica postulada aqui trabalha com o que Pêcheux nomeia como “real da língua”. O real da língua, diz o autor, se encontra na disjunção entre a ordem própria à língua —com seus efeitos— e uma ordem exterior, “remetendo para uma dominação a ser conservada, restabelecida ou alterada (Pêcheux, 1981, p. 27).” Se o próprio da língua é a possibilidade do deslizar significante, produzindo efeitos de sentido —e os poetas bem sabem disso— essa ordem exterior, à qual Pêcheux se refere, aponta para as coerções gramaticais e lingüísticas sempre evocadas em nome da clareza e da coerência.

Lembremos, aqui, que Pêcheux cita J. Cl. Milner a propósito desta questão do real da língua. Em Milner (1987), o real da língua toca no impossível: é próprio a qualquer língua que não se possa dizer tudo nem que se possa dizer de qualquer maneira. O que de real insiste nas línguas (e que retorna sempre e de diferentes maneiras) é o que a gramática e a lingüística negam e rejeitam. Em uma palavra: recusam-se a aceitar. Na busca das regularidades universais, e em nome de um positivismo científico, o que é rejeitado é justamente o que singulariza cada língua com relação às outras, pois o lugar do real é o lugar do equívoco.

Retomando o termo *alíngua*, proposto por Lacan, diz Milner: “Alíngua é, em toda língua, o registro que a consagra ao equívoco (Milner, 1987, pg. 15).” Na alíngua, o real se marca: ele é o registro do impossível de não ser dito de certa maneira.

Cabe esclarecer que, na fórmula lacaniana do real-simbólico-imaginário, o real é o impossível que não seja de outro modo. É um registro que se marca como falta e onde o significante primordial se inscreve na tentativa de vedar o vazio que o real faz comparecer e que resiste à simbolização, permanecendo recalçado. Entender o real como impossível ou, dito de outro modo, como ponto de ruptura, permite pensar no que sempre falta e escapa às cadeias significantes já constituídas. E no que falta se marca o descontínuo, o não linear e com uma temporalidade de outra ordem.

Em Pêcheux, o real da língua aponta para a ligação intrínseca com o impossível que, como real, sempre retorna. O que causa questão neste ponto é a impossibilidade de completude da língua, mas não da instauração de um processo de significação. Como se diz

⁶ Remetemos, neste ponto, tanto para a importância da noção de estrutura tal como é salientada por Orlandi, como para a crítica elaborada por Leite (1994).

na Análise do Discurso, o real da língua é condição para que a discursividade —efeito de sentido entre locutores— se dê como tal. Não se pode dizer tudo porque existe um impossível e este se encontra inscrito na ordem da língua. Trata-se do impossível que é próprio à ordem da língua. Contrariamente à lingüística, que supõe a possibilidade de representação deste real, Pêcheux dirá que “o real da língua não tem suas bordas suturadas, como uma língua lógica: ele é atravessado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do chiste e das séries associativas que o desorganizam/ desestratificam sem apagá-lo (Pêcheux, *op. cit.*, p. 51).”

3. Língua, processo do significante e ideologia

Articulando o impossível lingüístico (real da língua) à contradição histórica (real da história), a partir da mobilização de uma relação entre o real e o simbólico, Pêcheux pode introduzir a noção de equívoco, como ponto em que a língua toca à história e ao inconsciente. Trata-se do que comparece à revelia do sujeito, marcando, ou melhor, materializando um esgarçamento do processo significante. Este ponto da teoria é importante porque incide na recusa de um sujeito totalmente onisciente e de uma língua sem falhas. Ao contrário, o equívoco aponta para o que está além do controle do sujeito sendo, ao mesmo tempo, e em função mesmo de sua ausência, constitutivo dele.

Imerso nos rituais cotidianos, que supõem a necessidade de um mundo semanticamente organizado e coerente, o sujeito repete e falha na repetição, ao mesmo tempo. É habitando a contradição entre uma injunção (histórica) à coerência, clareza, regularidade, concisão (*etc*) e a surpresa causada pelo equívoco —uma fratura no ritual e na ortopedia dessa semântica das certezas sobre a realidade— que os sujeitos, sofrendo diferentemente os efeitos de linguagem decorrentes dos processos significantes, se singularizam. Diremos, a propósito da singularidade, que em cada sujeito se constitui, de modo específico, a ordem significante, resultando nas diferenças em lidar com essas contradições que os expõem ao equívoco.

No estatuto desse sujeito constituído pela ação do processo significante, inconsciente e ideologia são noções que se entrelaçam. É o que Pêcheux e Henry, buscando uma articulação conceitual, trazem para o discurso. Se, como postula a AD reterritorializando alguns conceitos da psicanálise lacaniana e do materialismo histórico, há uma materialidade do inconsciente e da ideologia, tal materialidade se dá pela e na linguagem. Assim afirma Henry que “o sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação” (Henry, *op. cit.*, p. 188).

Cabe esclarecer que a ideologia, em termos discursivos, aponta para a necessidade de atribuição de sentidos, interpretação. Redefinindo discursivamente a ideologia como relação necessária linguagem-mundo, Orlandi (1996) mostra que é pela ideologia que se organiza a naturalização dos sentidos já que o movimento contínuo dos processos de significação supõe sua inscrição na materialidade da língua e da memória discursiva (interdiscurso). Vale a pena, aqui, retomar uma reflexão da autora que, embora um pouco longa, é bastante esclarecedora:

Se a relação com o inconsciente é uma das dimensões do equívoco que constituem o sujeito, sua contraparte está em que o equívoco que toca a história (a necessidade de interpretação) é o que constitui a ideologia. O acesso a esse modo do equívoco —que é a ideologia—

pode ser trabalhado pela noção de interpelação, constitutiva do sujeito. Faz parte do mecanismo elementar da ideologia, que é a interpelação do indivíduo em sujeito, o apagamento dessa opacidade que é a inscrição da língua na história para que ela signifique: o sujeito tem de inserir seu dizer no repetível (interdiscurso, memória discursiva) para que seja interpretável. Esse é também um dos aspectos da incompletude e da abertura do simbólico: esse dizer que é uma coisa aberta, mas dentro da história. No efeito da transparência, o sentido aparece como estando lá, evidente. (Orlandi, 1996, pg 48).

Ora, é importante realçar, nesta citação, que a possibilidade da repetição, da incompletude e da falha fazem parte dos processos ideológicos e inconscientes. São funcionamentos de linguagem que remetem para o que, na linguagem, falta sempre, para o que escapa sem cessar, configurando, na história, o movimento dos sentidos e do sujeito. Para a AD, portanto, sentido e sujeito se definem por uma relação com processos significantes que não se realizam soltos, abstratamente, mas sim na historicidade. Estar exposto ao equívoco e à falha é mergulhar na opacidade dos sentidos, é estar exposto à contradição, à não coincidência entre as palavras e as coisas, entre o que se diz e o que se quer dizer.

Se, pelo caminho da psicanálise, pode-se entrever no simbólico, pelo confronto entre o eu-ideal e o ideal-de-eu, a “discordância do sujeito com sua própria realidade” (Henry, *op.cit.* pg 189), pelo caminho da AD essa discordância pode manifestar uma resistência à repetição, resistência essa que pode se instaurar pelo deslizamento dos sentidos. São as falhas no ritual.

No repetível, por outro lado, o retorno do mesmo se processa de variadas formas, não resultando, deste modo, em uma reprodução exata. Conforme Pêcheux, “o não-idêntico que aí se manifesta pressupõe *lalangue (...)* a repetição do *significante na lalangue não coincide com o espaço do repetível próprio à língua (...)* o que faz com que em toda língua um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro...” (Pêcheux, 1981, p. 51, grifo nosso).

Repetição e deslocamento de sentidos já-constituídos e sentidos novos. Como trabalhar isto na produção discursiva?

Não se trata de uma repetição *ad infinitum*, que seria resultante de determinações inconscientes e ideológicas feitas em um encadeamento mecânico e previsível de causas e efeitos. E, por outro lado, recusa-se a idéia de uma criação sem limites, infinita e indefinida, numa espécie de deriva dos significantes. Da mesma forma, não se trata de conceber o pensamento como atividade criadora. No processo de criação não se tem uma produção original ou primeira: permanecer nesta suposição é estar sob o efeito das evidências idealistas.⁷

Há que se considerar na produção e na leitura de um texto, por exemplo, as múltiplas possibilidades que ali se encontram em termos dos modos de significar. Da mesma forma, as reescrituras e releituras —inúmeras interpretações outras— apontam para

⁷ Fazendo um retorno à Psicanálise, é importante salientar que um significante novo, sem sentido, supõe que, enquanto causa de real, seja inventado. Conforme Leite “a criação, produção de real a partir do simbólico, coloca em cena a dimensão da repetição do real, vale dizer, a mesma não-inscrição, referida desta vez à produção de novos significantes engendrando novos efeitos de sentido.” (Leite, *op.cit.*, p. 194).

a tensão entre paráfrase e polissemia, tensão que constitui o movimento da significação e que, ao mesmo tempo, aponta para pontos opacos à significação. Podemos pensar, então, construindo um paralelo com o impronunciável que atravessa a língua, que a escritura/leitura de todo texto é pontilhada por lugares onde o impossível se inscreve. Daí esses jogos ‘linguageiros’ de acréscimos, supressões, retificações, enfim, vãs tentativas de controle dos efeitos de sentidos.

O que interessa, como propõe Orlandi, não é pensar a organização do texto, mas sua ordem significante. Processo do significante sobre o qual o sujeito acredita ter domínio. Processo exposto à *lalangue* e, portanto, ao equívoco. E que apenas no só-depois é possível compreender “o sintoma de um sítio significante que ali se produz.” (Orlandi, 1996:14).

Se faz sintoma, se transparece como desorganização textual, ou seja, como sinal de uma escrita a ser refeita, é porque algo se inscreve na materialidade do texto, enquanto ausência. Retornamos, deste modo, ao real da língua, com suas bordas não suturadas, mas que o sujeito, na sua ilusão de completude resultante dos processos de interpretação-identificação, não se cansa de tentar conter.

Referências Bibliográficas

- AUROUX, S. 1998. *A filosofia da linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- GADET, F. & M. PÊCHEUX. 1981. *La langue introuvable*. Paris: François Maspero.
- JURANVILLE, A. 1995. *Lacan e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- LACAN, J. 1996. *O seminário, livro 1; os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- LACAN, J. 1992. *O seminário, livro 17; o avesso da psicanálise 1969-1970*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- LEITE, N. 1994. *Psicanálise e análise do discurso; o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Editora Campo Matêmico.
- ORLANDI, E. P. 1996. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes.
- PÊCHEUX, M. 1988. *Semântica e discurso; uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- PÊCHEUX, M. & C. FUCHS. 1990. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP,.